Sumário

Introdução 1

Capítulo 1 – A Judicialização da Política No Brasil 3

1.1 Acesso à Justiça e conflitos multiplexos..... 3

1.2 O direito fundamental à saúde:
escorço histórico e estrutura normativa 15

1.3 As políticas públicas de saúde 28

1.4 Judicialização do direito à saúde 38

1.4.1 O fenômeno da farmacialização do Judiciário..... 42

1.4.2 Eventuais faixas de insindicabilidade
judicial: limites à intervenção 49

1.4.3 O papel do Poder Judiciário na efetivação dos direitos
fundamentais sociais, especificamente do direito à saúde..... 78

1.5 Conclusões parciais..... 83

Capítulo 2 – Do Direito à Saúde em Sede de Demanda Individual 85

2.1 Demandas individuais envolvendo pedidos de fornecimento
gratuito de medicamentos por parte do Estado..... 86

2.2 Estratégias judiciais e extrajudiciais adotadas pelo Estado de
São Paulo frente à massificada judicialização do direito à saúde..... 104

2.3 Tutela antecipada em face do Poder Público 109

2.4 Descumprimento da ordem judicial 117

2.5 Custos do processo e isonomia: a incapacidade do processo
judicial individual para dirimir questões de justiça distributiva..... 125

2.6 A (des)conformidade da técnica processual à natureza da
pretensão deduzida em juízo: necessidade de adequação do processo.....132

2.7 Possível adoção de técnicas de uniformização
e coletivização de demandas 136

2.8 Conclusões parciais 140

Capítulo 3 – Tutela Jurisdicional e Processo Coletivo 143
3.1 Direito processual coletivo..... 144
3.2 Ação civil pública: qualquer outro interesse difuso ou coletivo (art. 1º, inc. IV, da Lei Federal n.º 7.347/1985) 151
3.3 Desconsideração dos direitos fundamentais sociais como objeto de tutela do processo coletivo: a ação civil pública como via corretiva de políticas públicas..... 159
3.4 Conclusões parciais.....166
Capítulo 4 – Do Direito à Saúde em Sede de Demanda Coletiva: Necessidade de Adequação Processual 169
4.1 Foro processual competente.....172
4.2 Legitimidade ativa nas ações coletivas 177
4.2.1 Ministério Público: função institucional 183
4.2.2 Defensoria Pública: a questão da hipossuficiência financeira..... 188
4.2.3 Associações civis: necessidade de autorização expressa? 192
4.2.4 Pessoa física: possibilidade de conversão da ação individual em ação coletiva e o veto no novo Código de Processo Civil 196
4.3 Legitimidade passiva: competência administrativa dos entes federados....200
4.4 Pedido e causa de pedir 205
4.5 Dilação probatória..... 208
4.6 Democracia sanitária.....210
4.7 Coisa julgada, efeitos e cumprimento da sentença: necessidade de flexibilização e execução negociada de políticas públicas.....217
4.8 Concorrência entre ações individuais e coletivas e entre ações coletivas: caso de litispendência?.....241
4.9 Conclusões parciais..... 246
Considerações Finais 253
Referências 257